

Fevereiro chegou. E a negociação prometida? Todos à assembleia do dia 17!

No próximo dia 17, quinta-feira, no anfiteatro da História, às 17 horas, a Adusp realiza a primeira assembleia deste ano. Em pauta, a campanha salarial, pois estamos com salários congelados desde março de 1998. O Conselho de Reitores (CRUESP) tenta adiar ao máximo o reajuste, embora em suas declarações públicas, "para inglês ver", os reitores admitam a deterioração dos salários do quadro docente.

Como se recorda, o CRUESP recusou-se a reajustar os salários em maio de 1999. Depois, negou-se a conceder um reajuste de emergência no final de 1999, apesar de haver verba suficiente

para isso, como os estudos do Fórum demonstraram exaustivamente. O Orçamento estadual de 2.000 destina às três universidades paulistas mais de 1 bilhão de reais, e é importante que uma parte dele seja destinada a reverter a deterioração salarial.

Os salários têm financiado o funcionamento da universidade. Isto fica claro observando a evolução proporcional do gasto com um salário MS-3 RDIDP e o ICMS (quota-parte). A proporção tem diminuído, estando hoje em 77% do que era em maio de 1995.

As negociações foram postergadas para fevereiro, mas, até agora, o CRUESP não marcou a data da reunião.

HUe IAMSPe na página 3

Congresso da Andes na página 2

CPI da Educação na página 4

A conversa do CRUESP em 99 e a dura realidade

"Apesar da relativa estabilidade no valor real dos salários de referência, desde 1997, nas três universidades ocorreu uma elevação significativa no comprometimento com a folha de pagamento".

Realidade: a elevação da folha deve-se ao fato de que o Tesouro estadual não está honrando seu compromisso legal de pagar os inativos, transferindo tal encargo para as universidades.

"As Universidades estão desenvolvendo estudos visando a formulação de alternativas de melhoria das condições salariais. Estes trabalhos abrangem os diversos componentes das estruturas de remunerações, incluindo benefícios diretos e indiretos, gratificações e progressão nas carreiras. O resultado final será a valorização dos recursos humanos das Universidades Estaduais Paulistas".

Realidade: os salários dos docentes e demais trabalhadores entraram no ano 2.000 mais defasados do que nunca, sem que o CRUESP tenha movido um dedo para corrigir essa defasagem.

"O CRUESP reafirma o compromisso de realizar até outubro do corrente ano reunião com as entidades que compõem o Fórum das Seis, para avaliar a situação orçamentária e suas implicações na política de recursos humanos e em especial na remuneração".

Realidade: na reunião de outubro os reitores, aproveitando-se da escassa mobilização das categorias, empurraram para fevereiro deste ano qualquer decisão sobre o reajuste.

"O CRUESP reforça a necessidade de se realizar uma discussão ampla sobre a mudança da base tributária para as Universidades".

Realidade: os reitores precisam ser mais incisivos diante das evidências de que a reforma tributária em tramitação no Congresso pode afetar o repasse de verbas para o ensino superior em São Paulo.

(Fonte: documento-resposta do Cruesp, 9.6.1999)

Andes realiza seu 19º Congresso Nacional

O 19º Congresso da Andes-Sindicato Nacional, que terá lugar em Juiz de Fora (MG), de 21 a 26 de fevereiro, debaterá a questão "Autonomia para uma nova Universidade", e como pano de fundo a crise brasileira: "FMI, recessão, desemprego, sucateamento da Universidade".

O Congresso, que é a instância deliberativa máxima da Andes, ocorre num momento de exacerbação da ofensiva neoliberal de desregulamentação das relações de trabalho e crescente mercantilização do ensino. Daí a importância do Plano de Lutas a ser discutido e aprovado no encontro.

"Continuadamente a conjuntura política nacional nos coloca frente a sobressaltos que ameaçam cotidianamente o trabalho dos professores universitários, seja com projetos apresentados pelo executivo à sociedade, restringindo um bem tão duramen-

te conquistado pela Constituinte de 1988 à mera regulamentação de sua gestão financeira através de contratos, seja pelo Congresso Nacional que, majoritariamente composto por forças reacionárias e entreguistas, confronta a sociedade com um Plano Nacional de Educação que desrespeita a legítima vontade

dos representantes da Educação brasileira", afirma a Diretoria da Andes na apresentação do caderno de textos do 19º Congresso.

O caderno está disponível na sede da Adusp para os do-

centes interessados. Ao todo, são 51 textos de resoluções e um número igual de textos de apoio correspondentes, divididos em três grandes temas:

1- Movimento Docente: Plano de Lutas; 2- Autonomia, Financiamento, Carreira, Campanha Salarial, Modelo Jurídico da Universidade Autônoma e Políticas Públicas; e 3- Questões Organizativas e Financeiras.

Os delegados da Adusp ao 19º Congresso da Andes serão eleitos na assembléia do dia 17.

Conad Extraordinário

Na mesma ocasião será eleito um delegado ao 5º

Conselho Nacional de Associações Docentes (Conad) Extraordinário, que será realizado no próximo dia 20 de fevereiro, também em Juiz de Fora (MG), e cujo tema único será a "apreciação e deliberação sobre a prestação de contas da Andes-SN no exercício de 1998". A realização do 5º Conad Extraordinário foi deliberada no 39º Conad.

Por haver divergências entre as duas gestões da Andes (a que se encerrou em 1998 e a atual) no tocante à prestação de contas, ela não foi aprovada no 39º Conad, o qual, segundo o professor Renato de Oliveira, presidente da entidade, "após exaustiva discussão, entendeu que, pela complexidade, a prestação de contas do exercício de 1998 deve ser apreciada em um Conad Extraordinário".

Para orientar os professores na discussão do tema, a Andes editou um caderno de textos, que está disponível na sede de Adusp.



CRM apresenta explicações sobre exclusão de professor

Recebemos do CRM-SP (também conhecido como Cremesp) carta solicitando a publicação de resposta à matéria "Comissão de Ética do HC-RP exclui professor Manço", publicada no **Informativo Adusp 63**, de dezembro de 1999. Publicamos a seguir as explicações do CRM quanto aos "reais motivos" da exclusão do professor:

"1) O professor Dr. José Carlos Manço em 18 de outubro de 1996 foi eleito membro da Comissão de Ética Médica como representante titular do Departamento de Clínica Médica do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, conforme o contido na Ata Geral da Eleição. No processo de registro da Comissão não consta menção sobre a condição de aposentado em relação ao facultativo. Sendo assim, cumpriu integralmente seu mandato até 18 de outubro de 1998;

2) Quando da eleição da nova Comissão de Ética Médica, biênio 1998-2000, foram detectadas algumas irregularidades quanto à composição e forma de escolha dos seus membros:

—2.1. na ocasião foram inseridos os nomes de dois integrantes não médicos, o que

entra em confronto com a resolução Cremesp nº 83/98, a qual estabelece que apenas os profissionais médicos legalmente habilitados e que atuem na instituição podem participar do processo eleitoral (...);

—2.2. analisando novamente a documentação, foi verificado, através de ofício subscrito pela Diretoria Clínica do nosocômio, não existir qualquer vínculo entre o Professor Dr. José Carlos Manço e o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Diante de tal assertiva, este Regional concluiu que a participação do mesmo na Comissão de Ética Médica feria frontalmente o determinado pelo artigo 17 da resolução Cremesp nº 83/98, que reza: 'Os membros da Comissão de Ética Médica que deixarem de prestar serviços na instituição serão automaticamente afastados de suas funções na Comissão'.

—2.3. Além disso, a Chefia do Departamento de Clínica Médica informou a possibilidade de atender o pedido de envio da Ata Eleitoral e respectiva lista de presença, tendo em vista não ter havido eleição naquele Departamento. Somente foram enviados a este Conselho os nomes do Professor Dr. José Carlos Manço como titular e Dr.

Jorge Elias Júnior como suplente, uma vez terem entendido que, por serem os únicos candidatos, não haveria necessidade de eleição. Tal situação contraria o disposto no artigo 5º da resolução Cremesp nº 83/98, que prevê: 'Os membros da Comissão de Ética Médica serão eleitos dentre os integrantes do Corpo Clínico, obedecidas as normas regimentais de cada instituição, através de voto secreto e direto (grifo nosso) de seus pares, podendo ser reeleitos'. Verificando tais equívocos, o Conselho Regional de Medicina deliberou rever o registro da Comissão de Ética Médica do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, excluindo da mesma, em virtude de não estarem de acordo com os preceitos estabelecidos pela resolução Cremesp nº 83/98, o Professor Dr. José Carlos Manço, por não pertencer ao Corpo Clínico da instituição e não ter sido eleito por voto secreto e direto, bem como o Dr. Jorge Elias Júnior, em razão de também não ter sido escolhido por voto secreto e direto de seus pares. Tal decisão foi também comunicada oficialmente ao Dr. Sérgio Pereira da Cunha, Presidente da Comissão de Ética Médica".

No HU, problemas graves esperam solução

No início deste ano, foi nomeada superintendente do Hospital Universitário a professora Maria Lúcia Lebrão, da Faculdade de Saúde Pública. É necessário lembrar que existem várias questões graves no HU, aguardando solução definitiva.

De fato, a Portaria GR-3189 de 26/10/99, que afeta pesadamente a sistemática de atendimento no HU, em particular dos estudantes da pós-graduação, está apenas suspensa por seis meses! Mais grave ainda, não foi retomada a realização de exames médicos complementares requerida pelos postos de

saúde do Estado do Butantã, descontinuada em julho do ano passado.

Estes exames são de responsabilidade do HU, por ser hospital de referência da região. Espera-se que a decisão de suspensão dos exames, tomada pelo superintendente anterior, e comunicada aos postos de saúde com um simples ofício, seja imediatamente revogada.

Finalmente, a Adusp ainda aguarda agendamento da reunião com o Conselho De-



Agência USP/Jorge Maruta

liberativo do HU, solicitada em carta ao reitor no dia 15/12/99. Assim, dado um prazo para a ambientação da nova superintendente, está na hora de serem encaminhadas, efetivamente, as reivindicações das entidades representativas. Continuaremos atentos!

RIBEIRÃO PRETO

Adusp apóia reintegração de Manço

O professor José Carlos Manço ingressou, no dia 2 de fevereiro, com mandado de segurança contra o Conselho Regional de Medicina (CRM-SP), com a finalidade de obter sua reintegração à Comissão de Ética Médica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

No processo, que tramita na 1ª Vara Cível de Ribeirão Preto, Manço pede a concessão de liminar, diante do "perigo de mora", pois o mandado de integrante da Comissão de Ética, para o qual foi eleito, encerra-se em outubro deste ano.

Aposentado em 1995 depois de 30 anos de atividade na USP, o professor Manço foi diretor clínico do HC de Ribeirão Preto. Desde outubro de 1996 era membro titular da Comissão de Ética, e foi eleito para um novo mandato em outubro de 1998. Em outubro de 1999, porém, o CRM (órgão ao qual está ligada a Comissão de Ética) decidiu excluí-lo, alegando que ele não mantinha vínculo com o HC. Na verdade, o afastamento de Manço está

relacionado às suas posições contrárias ao processo de fundatização e privatização do HC.

Na ação, a advogada Ana Cristina Nassif Karam, da Adusp, pede a imediata reintegração do professor à Comissão de Ética. "Pedimos que seja declarada a ilegalidade do ato de exclusão, e ineficazes todos os atos decorrentes dele", explica Ana Cristina. Antes de examinar o pedido liminar, o juiz pediu informações ao presidente do CRM.

Ilegalidade

"Não há fundamento legal na decisão do CRM", diz a advogada. "Quando Manço se aposentou, solicitou ao chefe do Departamento de Clínica Médica autorização para continuar prestando serviços na qualidade de professor colaborador voluntário junto ao Departamento, inclusive na condução de pesquisas médicas de pacientes do Hospital das Clínicas. Esse pedido foi aprovado pelo chefe do Departamento no dia 18 de julho de 1995".

A função de professor colaborador voluntário é pre-

vista e reconhecida tanto pelo regimento como pelo regulamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, bem como pela lei federal 9608/98 e pelo artigo 5, inciso 8, da Constituição Federal.

"Um direito líquido e certo foi violado. Não houve direito de defesa, e houve flagrante desrespeito aos princípios da legalidade e da publicidade, pois o CRM tomou uma decisão sem base legal e sem tornar públicos os procedimentos que precederam a exclusão, chegando a omitir informações solicitadas pelo interessado", afirma Ana Cristina.

A Adusp solidarizou-se com Manço logo que foi informada da decisão do CRM. "Tratando-se de uma Comissão de Ética, faltou ética ao procedimento do CRM. A Adusp apoia e apoiará todos os esforços do professor para reconquistar seus direitos como membro da Comissão de Ética do HC", diz Clarice Sumi Kawasaki, diretora da entidade.

(Na p. 2, leia carta do CRM sobre matéria anterior)

Seminário debate IAMSPE

No dia 26 de janeiro, em reunião agendada com representantes de entidades do funcionalismo público, por iniciativa da Superintendência do IAMSPE, foi decidida a preparação, em junho, do III Seminário do Instituto, a ser precedido por 19 seminários regionais. O Fórum das Seis esteve representado nesta reunião e indicou um nome para a comissão organizadora do evento.

O III Seminário propõe-se a culminar uma ampla discussão sobre propostas de modelo de gestão, modelo assistencial e financiamento do Instituto. O Fórum das Seis pretende organizar seminários preparatórios no âmbito das três universidades.

As entidades do funcionalismo não abrem mão da defesa de suas reivindicações históricas: gestão descentralizada; ampla participação das entidades (50% ou mais) nos órgãos de gestão; modelo de atendimento que englobe aspectos de prevenção; participação do Estado no financiamento (atualmente o financiamento depende exclusivamente dos 2% descontados em folha dos servidores).

Espera-se que o debate esclareça pontos intrigantes na proposta do IAMSPE, como a eventual cobrança de mensalidades dos ascendentes (pais) dos segurados. Certamente, os servidores não permitirão que sua participação no III Seminário seja utilizada pelo governo do Estado para legitimar qualquer proposta de confisco, como as existentes no projeto de Previdência encaminhado pelo governador Covas à Assembleia Legislativa.

CPI revela sangria de recursos da educação

A CPI da Educação, instalada pela Assembléia Legislativa de São Paulo, finalmente conseguiu, no último dia 3, ouvir o secretário estadual da Fazenda, Yoshiaki Nakano, que faltou a três convocações no ano passado. "Ele procurou oferecer as alegações do governo em relação aos documentos que a CPI já dispõe, que apontam uma sonegação global de recursos para a educação de aproximadamente R\$ 5 bilhões nos últimos quatro anos", revelou o deputado César Callegari (PSB), presidente da CPI, ao Informativo Adusp.

Em vez dos 30% que deveria garantir para a educação, em todos os níveis, o atual governo do Estado nunca aplicou mais do que 23%, explicou o presidente da CPI. Embora a maior fatia dos recursos devidos mas não repassados à educação tenha sido subtraída do primeiro e segundo graus, as universidades estaduais também vêm sendo atingidas por essa prática do governo Covas. De acordo com Callegari, há três problemas que merecem a atenção da comunidade universitária:

1) "Ao longo dos anos, uma parcela do ICMS, com-

posta por juros, multas e correção monetária de ICMS pago com atraso, deixou de ser incluída nos 9,57% assegurados por lei para as três universidades. O governo reconhece que em 1995 e 1996 essa parcela não foi levada em conta, e isso representa uma montanha de dinheiro, cerca de R\$ 80 milhões por ano".

2) "Em relação à Lei Kandir, a posição do governo é esquizofrênica, pois, nos orçamentos de 1999 e 2000, ao contrário do que fez em 1998, voltou a desconsiderar os repasses federais relativos à desoneração do ICMS".

3) "É absolutamente contestável vincular às verbas de manutenção e desenvolvimento do ensino o pagamento aos inativos, que na verdade é relativo à seguridade social. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é clara, nos seus artigos 70 e 71, sobre as despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino. As universidades calaram a respeito disso, mas a pressão dos gastos com inativos sobre a folha de pagamentos requer uma posição mais ativa da comunidade universitária no sentido de exigir que o Tesouro estadual assumira essa despesa".

Vem aí o Coquetel Cultural 2000

Lance ou apresente seu livro, CD ou qualquer outro produto artístico ou literário no Coquetel Cultural, atividade que a Adusp vem organizando desde o ano passado, com o fim de divulgar e debater trabalhos dos seus associados.

Basta entrar em contato com a sede da Adusp — pelos telefones (11) 818-4465 e 818-4466 ou pelo e-mail secretaria@adusp.org.br — e agendar a melhor data para o seu Coquetel Cultural.

País perde Almeida Prado

Um infarto na madrugada do dia 4 de fevereiro matou, aos 82 anos de idade, o jornalista, crítico teatral e professor livre-docente aposentado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Décio de Almeida Prado. Reconhecido como um dos grandes intelectuais do país, deixou uma obra inigualável sobre o teatro brasileiro.

Décio esteve sempre na vanguarda cultural e política. Aproximou-se do modernismo: segundo J. Toledo, em 1935 participou da fundação do grupo modernista "Quartelão", em São Paulo, do qual faziam parte, entre outros, Flávio de Carvalho, Oswald de Andrade e Paulo Emílio Salles Gomes. Ele também militou no Partido Socialista Brasileiro, ao lado de seu amigo Antonio Candido.

Formado pela USP, diplomou-se pela Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais em



Arquivo particular de Décio de Almeida Prado

1938, quando já havia se iniciado no teatro amador como ator e diretor, e pela Faculdade de Direito em 1941, mesmo ano em que fundou, junto com Antonio Candido e Paulo Emílio, a revista *Clima*, especializada em

crítica cultural. Do grupo também faziam parte Alfredo Mesquita (o autor da idéia), Lourival Gomes Machado e Marcelo Damy, entre outros.

A partir do final da década de 50, Décio dirigiu por 11 anos o *Suplemento Literário* do jornal *O Estado de São Paulo*, no qual trabalhou por mais de 20 anos. Seu último livro, "História Concisa do Teatro Brasileiro: 1570-1908", foi lançado em maio de 1999 pela Edusp, em coedição com a Imprensa Oficial. Décio era associado da Adusp. Sua morte representa uma imensa perda para as artes cênicas e a cultura brasileira.

Atendimento Jurídico

Os sócios podem consultar o advogado sobre qualquer questão administrativa, trabalhista ou mesmo pessoal. A consulta é gratuita. Marque seu horário, envie questões, sugestões e críticas.

Plantões na Capital:

Quartas-feiras, das 9h às 13h. Telefones: 818-4465/818-4466/813-5573. Fax: 814-1715. E-mail: juridico@adusp.org.br

Plantões em Ribeirão Preto:

Segundas e quartas-feiras, das 10h às 12h. Telefones: (016) 633-7878 e 602-3520. Fax: (016) 633-8066. E-mail: juridicorp@adusp.org.br

Informática

A entidade oferece serviços de apoio na área de informática, como impressão a laser de teses e digitalização de imagens através de scanner colorido. Este serviço é restrito a associados e está disponível às terças e quintas, das 9h às 18h.

O custo por folha de impressão ou imagem digitalizada é de R\$ 0,40. Solicita-se marcar hora com antecedência.